



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI N.º 1.800 de 01 de fevereiro de 2019

Institui Regulamento para o funcionamento da Feira da Agricultura Familiar.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Fica criada a Feira Municipal da Agricultura Familiar destinada à venda exclusivamente ao varejo de produtos hortifrutigranjeiros, pescados, doces, laticínios, embutidos, artesanatos, e demais produtos e utensílios da agricultura familiar, para consumo humano, animal e de utilização doméstica.

Art. 2º - Fica atribuída à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, a competência para designar locais e dias de funcionamento das feiras, administrá-las, bem como remanejá-las, em atendimento ao interesse público, e remeter pedido de extinção ao Poder Legislativo, quando superadas as condições que justificaram sua criação ou funcionamento.

Capítulo II

DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO DA FEIRA MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Art. 3º - Fica instituída a Comissão Municipal da Feira da Agricultura Familiar, será composta por um titular e um suplente das seguintes organizações:

- Representantes da Vigilância Sanitária;
- Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura;
- Representantes da Epagri;
- Representantes da Cidasc;
- Representantes dos Sindicatos Rurais;
- Representantes dos Feirantes;
- Representantes dos Consumidores;
- Representantes de Cooperativas e Associações Rurais.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 4º - A comissão da feira é uma instância de gestão da feira municipal da agricultura familiar, encarregada de acompanhar a organização periodicamente da feira e agir para o cumprimento da legislação estabelecida.

Capítulo III

DAS FEIRAS LIVRES E SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - Sob a fiscalização da Prefeitura Municipal, a feira funcionará nos locais e dias estabelecidos no Regimento Interno a ser elaborado pela Comissão Municipal da Feira da Agricultura Familiar.

§ 1º - A montagem das barracas poderá anteceder em até 2 (duas) horas do início do funcionamento da feira e a desmontagem não poderá ultrapassar 1 (uma) hora do prazo de seu encerramento.

§ 2º - O espaço para montagem das barracas será definidos em módulos, devidamente identificados e numerados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, e pela Comissão Municipal da Feira da Agricultura Familiar, de tal modo que cada feirante terá o número de módulos definidos de acordo com sua necessidade e disponibilidade de espaço na área de funcionamento da feira livre.

§ 3º - O feirante que participa eventualmente da feira livre, em virtude da sazonalidade da produção ou outra peculiaridade qualquer, terá espaço definido em módulos rotativos, que poderão ser mantidos na feira livre para este fim, em cada setor específico.

Art. 6º - É proibida a entrada ou permanência de qualquer veículo ou animal, no período de atividade da feira, cabendo aos agentes municipais tomarem as medidas julgadas necessárias ao cumprimento desta disposição.

Art. 7º - Imediatamente após o descarregamento, veículos e animais deverão ser retirados para outro local, a fim de evitar acidentes e atrapalhar o trânsito.

Art. 8º - Para instalação das barracas, deverão ser obedecidas as seguintes normas:

I - disposição em alinhamento (fila), de modo a ficar uma via de trânsito no centro, com as barracas voltadas para essa via;

II - distribuição das barracas seguindo rigorosa ordem numérica, obedecendo orientação e determinação da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, e pela Comissão Municipal da Feira da Agricultura Familiar.

III - distribuição das barracas por setores, de modo que cada setor obedecerá as categorias de comercialização do feirante, assim especificadas: hortifrutigranjeiros; derivados de origem animal e vegetal; produtos industrializados



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

e artesanatos;

IV - para classificação do feirante na categoria do item anterior, serão observados os produtos comercializados de maior influência ou volume.

§ 1º - Entende-se por produtos de origem vegetal as frutas, legumes, verduras, flores, doces, compotas e produtos processados da agricultura familiar.

§ 2º - Entende-se por produtos derivados de origem animal os laticínios e seus derivados, defumados, pescados, aves, ovos, mel, embutidos e assemelhados.

Art. 9º - É obrigação comum a todos possuir em suas barracas, quando necessário, balanças, pesos e medidas devidamente aferidas sem vício ou alteração com que possa lesar o consumidor.

Art. 10º - A fiscalização sanitária da Secretaria Municipal de Saúde manterá inspeção no local da Feira da Agricultura Familiar, bem como dos produtos colocados à venda.

Art. 11º - Só poderão ser comercializados produtos de origem animal e vegetal licenciados pela autoridade sanitária competente, devendo estar embalados e rotulados de acordo com as normas vigentes.

Art. 12º - É expressamente proibida a venda de carne “in natura” na Feira Agricultura Familiar.

Art. 13º - A inscrição e o alvará de feirante, para venda de produtos sujeitos à deterioração rápida, tais como pescados, aves abatidas e laticínios, somente serão concedidos mediante cumprimento do artigo 9º desta Lei e após vistoria e aprovação prévia da barraca pela fiscalização sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, além da observância das demais exigências contidas neste Regulamento.

Art. 14º - Não é permitido aos feirantes abandonar mercadorias no recinto da feira, devendo recolher toda sobra não vendida, imediatamente após o horário de encerramento.

Art. 15º - Ao término das feiras, no prazo mais curto possível, a Prefeitura Municipal procederá à limpeza do local.

Parágrafo único – O feirante é responsável pela remoção e coleta dos resíduos referentes à sua barraca.

Capítulo IV DO LICENCIAMENTO DO FEIRANTE



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 16º - As inscrições e licenças para feirantes serão concedidas às pessoas habilitadas para o exercício do comércio, mediante requerimento e apresentação dos seguintes documentos:

I - Cadastramento prévio na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;

II – Cópia da carteira de identidade e C.P.F.;

III– Carteira de saúde atualizada (para expositores de alimentos);

IV - Comprovante de residência no município;

V – DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf).

Parágrafo único - O licenciamento será indeferido pela Comissão Municipal da Feira da Agricultura Familiar, caso não atenda às exigências contidas no presente Regulamento.

Art. 17º - As licenças serão revalidadas anualmente.

Art. 18º - A licença para comercialização na feira será dada a título precário, podendo ser cassada a qualquer tempo, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista aos licenciados direito à reclamação ou indenização de qualquer ordem, quando forem infringidas as normas estabelecidas na presente Lei.

Art. 19º - Somente poderão comercializar na feira pessoas devidamente inscritas e licenciadas na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

Art. 20º - A posse de uma licença obriga seu titular a exercer pessoalmente as atividades licenciadas, permitindo-lhe, contudo, o concurso de auxiliares quando devidamente registrados na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

Art. 21º - A licença do feirante é intransferível.

Parágrafo único - Será permitida a transferência da licença:

I - por morte do titular, para o herdeiro legal, desde que seja requerida até noventa (90) dias a contar da data do falecimento.

II - por doença infecto-contagiosa ou incapacidade física comprovada, para o dependente legal, desde que requerida até noventa (90) dias a contar do atestado médico respectivo.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 22º – Os prazos para legalização dos empreendimentos da agricultura familiar serão definidos pela Comissão Municipal da Feira da Agricultura Familiar, através de Regimento Interno.

Capítulo V AS OBRIGAÇÕES DOS FEIRANTES

Art. 23º - O feirante que deixar de instalar sua barraca por 3 (três) vezes consecutivas ou 6 (seis) vezes alternadas, num período de seis meses, perderá a licença.

Parágrafo único - Em casos fortuitos e de força maior, desde que comprovados, poderá o feirante oficiar à Comissão Municipal da Feira da Agricultura Familiar justificando falta consecutiva, podendo ou não tal justificativa ser aceita.

Art. 24º - Os feirantes deverão atender às seguintes determinações:

I - Acatar instruções dos agentes municipais encarregados da fiscalização e dos membros da Comissão Municipal da Feira da Agricultura Familiar e do funcionamento da feira;

II - Observar, no tratamento com o público, boas maneiras e respeito;

III - Apregoar as mercadorias sem algazarra;

IV - Manter rigorosamente limpos e aferidos os pesos, balanças e medidas indispensáveis ao comércio de seus produtos;

V - Não colocar mercadorias, embalagens, caixas e outros objetos fora do limite da barraca;

VI - Não vender gêneros falsificados, impróprios para consumo, deteriorados ou condenados pela fiscalização sanitária ou ainda sem pesos ou medidas;

VII - Não deslocar a barraca dos pontos determinados pela administração da feira;

VIII - Observar o maior asseio, tanto no vestuário quanto nos utensílios para suas atividades, como também no espaço que ocupar na feira, devendo, ao final, limpar seu espaço, colocando o lixo em sacos plásticos em locais devidamente determinados para tal;

IX- Apresentar a respectiva licença e documentos, quando solicitados pela fiscalização;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

X - Não usar jornais, papéis usados ou quaisquer impressos para embrulhar os gêneros alimentícios que, por contato direto, possam ser contaminados;

XI - Colocar balanças e medidas em local que permita ao comprador verificar com facilidade e exatidão o peso das mercadorias, mantendo-as aferidas de acordo com as normas pertinentes.

XII - Manter os princípios de boas práticas de higiene no asseio pessoal, na manipulação, no transporte, no carregamento, no acondicionamento e na exposição do produto até o consumidor final.

XIII - utilizar avental ou jaleco de cor clara, devidamente higienizados, de acordo com a legislação sanitária vigente.

XIV - Responsabilizar-se pela quantidade de sacolas necessárias a venda de seus produtos ou promover ações que estimulem os clientes a trazerem suas sacolas retornáveis, com foco na preservação ambiental.

Art. 25º - O feirante que operar nas feiras livres sem a devida licença de feirante terá sua mercadoria apreendida e removida para doação às instituições de caridade existentes no Município.

Art. 26º - O feirante que burlar as leis e regulamentos municipais, usar de artifícios, praticar atos simulados ou fazer falsa declaração nos registros exigidos terá sua licença cancelada sumariamente.

Art. 27º - Constitui infração sujeita à penalidade:

I - Venda de mercadorias deterioradas ou condenadas;

II - Fraude nos pesos e medidas;

III - Comportamento que atente contra a integridade física, a moral e os bons costumes;

IV - Desacato à autoridade municipal, policial, ou da Comissão;

V - Inobservância de qualquer norma deste Regulamento.

Art. 28º - Das penalidades deste Regulamento:

I - Na ocorrência de infração pela primeira vez, o infrator será notificado com advertência por escrito;

II - Na reincidência da infração, terá a licença suspensa por período de trinta (30) dias;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

III - Na ocorrência da infração pela terceira vez, terá a licença cassada definitivamente.

Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29º - Fica proibido o uso de aparelhos e equipamentos sonoros de uso individual no período de funcionamento da feira.

Art. 30º - Fica proibido o comércio de ambulantes e outras pessoas não licenciadas nas proximidades das feiras livres de que trata o presente Regulamento.

Art. 31º - O ato de permissão implica compromisso do feirante em acatar e respeitar esta Lei, bem como Regulamentos e Normas emanadas pela Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 32º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 01 de fevereiro de 2019.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal